



NOTA DE ESCLARECIMENTO PREGÃO 12/2024

Resposta ao pedido de esclarecimento protocolado pela empresa Silmaquinas Equipamentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 24.035.925/0001-36, referente a obrigatoriedade de visita técnica.

Trata-se de esclarecimento solicitado, tempestivamente, pela empresa **SILMÁQUINAS EQUIPAMENTOS LTDA em 31/07/2024**, sendo o referido esclarecimento ao Edital de Pregão Eletrônico nº 12/2024, que tem como objeto a seleção de empresas para fornecimento de DOIS GRUPOS DE GERADORES, em face da obrigatoriedade da visita técnica. Alega a empresa supra citada que de acordo com jurisprudência, ainda que se trate de casos excepcionais, em que seja justificadamente exigida a realização de visita prévia, o Edital deve facultar a sua substituição por declaração formal do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto licitado.

DO MÉRITO Uma vez preenchidos os requisitos legais para o recebimento da solicitação apresentada, passa-se a analisar o mérito das alegações. Preliminarmente, nos termos do Acórdão 1823/2017 do TCU, é irregularidade que pode ensejar a anulação do certame:

“9.7.4. exigência de visita técnica , sob pena de desclassificação da proposta, sem a devida motivação sem franquear às licitantes a alternativa de apresentação de declaração de opção de não realizar a vistoria, sem prejuízo da consecução do objeto, em descordo com a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI...”

Vejamos ainda decisão recentemente proferida pelo TCU, conforme Acórdão 1737/2021:

“A vistoria ao local da prestação dos serviços somente deve ser exigida quando imprescindível, devendo, mesmo nesses casos, o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.”

Deve-se, portanto, ser assegurado que as visitas ao local de execução da obra serem entendidas como direito subjetivo da empresa licitante e não como uma obrigação imposta pela Administração. Tais visitas devem ser facultados aos participantes do certame.

Desta forma, a Comissão Permanente de Licitações do SAAE de Ibiá/MG, informa que a visita técnica, aos locais de execução da obra, poderá ser substituída por



“DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LOCAIS E CONDIÇÕES”, conforme Anexo VI do Edital, devidamente assinada por declaração do responsável Técnico da licitante.

Ibiá/MG, 1º de agosto de 2024.

Cássio Luís da Silva
Presidente da CPL